

DIRETRIZES PARA A

Avaliação da Aprendizagem e o Rendimento Escolar

Educação Infantil e Ensino Fundamental

INCLUINDO
AS MODALIDADES DE ENSINO

REDE
MUNICIPAL



SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



**DIRETRIZES PARA A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
E O RENDIMENTO ESCOLAR**

REDE MUNICIPAL DE ENSINO

DOCUMENTO APROVADO PELO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,
EM 21 DE AGOSTO DE 2023, E HOMOLOGADO PELO SECRETÁRIO
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA PORTARIA SEC Nº 15/2023.

ANGUERA-BA, 2023

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Renan Iury Mendes Brito

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Marcleide Mendes Vasconcelos

COMISSÃO COLABORATIVA

COMITÊ LOCAL DE GESTÃO COLABORATIVA DOS PPP'S EM ARTICULAÇÃO COM O DCRM:

Alyne Emanuele Rodrigues Amorim

EDUCAÇÃO INFANTIL:

Jacqueline dos Santos Silva

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:

Cintia Rodrigues Oliveira

Simeia Veloso de Oliveira da Paixão

Maria Nilzete Braga da Paixão Araújo

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL:

Marli Alves Mota

Larissa Silva Neri

EDUCAÇÃO ESPECIAL:

Mariane do Rosário Pinto Silva

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:

Clodovil Mascarenhas Mendes

GESTORES ESCOLARES:

Ana Veloso de Oliveira Lima

Daniela Freitas Ataíde

Núbia Vieira Soares Sampaio

Ubirajara Dias Cruz

Ednalva Pereira Lima

Gilvan Pereira Brito

REPRESENTES TÉCNICO / ADMINISTRATIVOS:

Mariana Cardoso Rodrigues

Jamile Oliveira Bastos Silva

Lailça Ribeiro Silva

RELATORIA E REDAÇÃO:

Cristinaldo Sampaio Carvalho

Williany Falcão Lopes

DIRETRIZES PARA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E O RENDIMENTO ESCOLAR

Anguera-Ba. V. 2 / Secretaria Municipal de Educação, 2023.

Diretrizes para Avaliação; Avaliação da Aprendizagem; Rendimento Escolar.

SUMÁRIO

MENSAGEM AOS DOCENTES

INTRODUÇÃO

1. TIPOS DE AVALIAÇÃO: DEFINIÇÃO E PRÁTICA
2. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AS MATRIZES DE REFERÊNCIA DO SAEB
3. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
4. AVALIAÇÃO NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
5. AVALIAÇÃO DO 2º ANO AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL
6. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS (EJA)
7. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL
8. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA PARA REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR
9. PRÉ-CONSELHOS DE CLASSE
10. RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM
11. INTRODUÇÃO DO PESO NAS ETAPAS LETIVAS
12. AVALIAÇÕES FINAIS OU AVALIAÇÕES DE RECUPERAÇÃO
13. CONSELHO DE CLASSE FINAL
14. RESULTADO FINAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MENSAGEM AOS DOCENTES

Propondo um (re)olhar sobre a Avaliação da Aprendizagem e o Rendimento Escolar, as diretrizes têm como objetivo contribuir com a ação pedagógica das escolas de forma que o ato de avaliar caminhe paralelo ao desenvolvimento de competências, à garantia dos objetivos de aprendizagens e à consolidação de habilidades por parte do aluno.

A avaliação é processual. Deve ser concebida como um ato contínuo, que acompanha a evolução do aluno, não apenas em termos da série, como também na escala das proficiências. Assim, refletir sobre a avaliação da aprendizagem é uma tarefa que requer também um olhar sobre as práticas do ensino e da aprendizagem.

O cotidiano da sala de aula revela que os alunos têm ritmo e níveis diferentes quanto à garantia das aprendizagens. É essencial que as escolas e os docentes, direcionem ações e planejem estratégias considerando a diversidade, conscientes das necessidades existentes. Esse processo, por vezes, requer a reconstrução de caminhos, o (re)planejar, a garantia da oportunidade ao aluno para a recomposição da aprendizagem, adaptações de atividades, entre outros desafios.

As diretrizes contidas neste documento caracterizam uma pedagogia que considera o ser humano como um ser em desenvolvimento, na busca da formação integral. Nesse contexto, reúne os tipos de avaliação advindos da compreensão sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), materializada em nossas escolas pelo Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) e os respectivos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's): *Avaliação Diagnóstica, Avaliação Formativa, Avaliação Somativa e Avaliação Comparativa.*

Este documento foi construído por uma comissão representativa que contou com a participação de Coordenadores e Supervisores Pedagógicos, Professores Formadores, Membros do Conselho Municipal de Educação (CME) e, como não poderia deixar de ser, teve a ampla contribuição dos Professores da Rede Municipal atuantes nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, incluindo as modalidades da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Especial. Trata-se de uma proposta possível de ser posta em prática, afinal, o fazer educação é uma tarefa que exige desafios.

A avaliação da aprendizagem e o rendimento escolar precisam espelhar uma educação pública de qualidade e principalmente voltada à equidade, aonde os alunos venham consolidar aprendizagens e estejam preparados para a vida.

Renan Iury Mendes Brito
Secretário de Educação

INTRODUÇÃO

A Rede Municipal de Ensino de Anguera define novas orientações e normas relacionadas À Avaliação da Aprendizagem e ao Rendimento Escolar do Aluno, validadas a partir do Ano Letivo de 2023, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9.394/1996, visando o alinhamento com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e considerando o artigo 17 da Portaria SEC Nº 02/2010, o inciso V do artigo 8º da Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017, e demais documentos normativos e orientadores da Educação Básica.

A educação é concebida como experiência de várias vivências que contribuem com o desenvolvimento integral do educando. Por sua vez, a avaliação é parte integrante deste processo educacional, superando os limites das atribuições apenas de conceitos ou notas, pois a intenção não é medir numericamente o rendimento do aluno, e sim, preocupar-se prioritariamente com a consolidação das aprendizagens.

Ainda que burocraticamente a escola atribua conceitos, notas e médias que comporão o Histórico Escolar dos alunos, esses entes devem representar ou se aproximar no nível de aprendizagem consolidada em torno das habilidades e competências previstas no currículo. Assim, o foco é aferir a aprendizagem consolidada.

Outro debate pertinente diz respeito ao tratamento do erro. Ao submeter-se aos instrumentos utilizados na avaliação, os alunos cometem acertos e erros que possuem significados pedagógicos. As estratégias por eles utilizadas, quando elaboradas com erros, devem ser evidenciadas pelo Professor, agindo como orientador, para fins de pavimentar os caminhos rumo ao acerto.

A didática das disciplinas interessa-se cada vez mais pelos erros e tenta compreendê-los, antes de combatê-los. Astolfi (1997) propõe que se considere o erro uma ferramenta para ensinar, um revelador dos mecanismos de pensamento do aprendiz. Para desenvolver essa competência, o professor deve [...] interessar-se pelos erros, aceitando-os como etapas estimáveis ao esforço de compreender [...] proporcionando ao aprendiz os meios para tomar consciência deles, identificar sua origem e transpô-los. (PERRENOUD, 2000, p. 32)

A avaliação da aprendizagem deve ser contínua e processual, de maneira que possa construir caminhos para a melhoria da qualidade da educação. “A

avaliação é espaço de mediação/aproximação/diálogo entre formas de ensino do Professor e percurso de aprendizagens dos alunos” (SILVA; HOFFMANN; ESTEBAN, 2010, p.15). Isso quer dizer que a avaliação não poderá ser limitada apenas aos procedimentos técnicos e palpáveis, mas é um ambiente onde o Professor passa a conhecer o educando quase na sua totalidade, para melhor planejar as aulas e definir as metodologias a serem praticadas.

Pelo exposto, a avaliação precisa sempre ser refletida, bem como os procedimentos aplicados precisam ser atualizados e reinventados constantemente, na busca por dos meios mais eficazes para uma verificação da aprendizagem mais coerente.

1. TIPOS DE AVALIAÇÃO: DEFINIÇÃO E PRÁTICA

Qualquer mudança nos métodos utilizados para avaliar o aluno provoca também a necessidade de uma reflexão sobre a prática docente, isto porque a forma e os instrumentos da avaliação devem ser definidos em alinhamento às metodologias que se pratica no ato de ensinar.

Nesse contexto, orienta-se ao Professor um olhar diversificado sobre o processo da avaliação da aprendizagem, de forma a contemplar os quatro tipos que se aproximam do perfil defendido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC): **Diagnóstica, Formativa, Somativa e Comparativa.**

É de fundamental importância também que não ocorra distanciamento, ou que esse seja o menor possível, entre a *avaliação do rendimento do aluno* e a *consolidação da aprendizagem*. A primeira diz respeito aos resultados obtidos e a segunda, ao que de fato o aluno aprendeu. Esse equilíbrio se torna bem mais possível quando a avaliação, seja por qualquer instrumento, é planejada a partir de uma seleção de habilidades focais.

Eis a compreensão em torno de cada tipo de avaliação:

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA: tem como foco identificar o que o estudante já conhece, ou seja, quais são seus conhecimentos prévios. Após esse panorama, o Professor passa a conhecer as particularidades dos alunos, suas dificuldades e necessidades e dessa forma, pode adotar em seu planejamento estratégias pedagógicas adequadas às realidades. Posteriormente, ao final do ciclo, ela também pode ser usada para avaliar a evolução do estudante.

AVALIAÇÃO FORMATIVA: permite acompanhar o desenvolvimento do estudante de modo integral. É feita continuamente, identificando as dificuldades durante o processo de ensino e aprendizagem. Concretiza-se por meio de diversos instrumentos que possibilitam ao aluno construir conhecimentos de maneira individual ou coletiva. O olhar do Professor se volta a acompanhar o avanço gradativo do aluno, até a consolidação dos objetivos de ensino ou das habilidades propostas no planejamento, como também detectar quando não há avanço, devendo, para esses casos, buscar estratégias de recomposição.

AVALIAÇÃO SOMATIVA: acontece mediante o somatório dos resultados obtidos nos diversos instrumentos aplicados, obedecendo a uma sistemática de conceitos ou notas. Para cada instrumento é atribuída uma pontuação, que somada, simboliza o rendimento do aluno. Os instrumentos utilizados devem dialogar com os objetos de conhecimento previstos no planejamento, contemplando as habilidades essenciais a serem avaliadas. Os resultados contribuem para direcionar as ações pedagógicas e também administrativas na escola.

AVALIAÇÃO COMPARATIVA: busca entender o aproveitamento de um aluno, comparando um período com outro, ou seja, o desempenho em dois ou mais instrumentos aplicados em diferentes momentos. Permite ter conclusões sobre a evolução do aluno frente aos níveis de proficiência. É delimitada pelo princípio da qualificação, ou seja, provoca reflexão sobre o que é preciso ser ensinado e compara com o que foi aprendido no processo educacional. Sua importância está no fato de que conhecendo o nível de aprendizagem do aluno, é algo que permite planejar com foco nas necessidades prioritárias.

2. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AS MATRIZES DE REFERÊNCIA DO SAEB¹

Falar sobre a avaliação da aprendizagem e rendimento escolar, não se pode desconhecer a existência da avaliação externa, que tem como ápice o SAEB, desenvolvido pelo Ministério da Educação através do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

O SAEB, que objetiva avaliar a qualidade do ensino no Brasil, no âmbito das escolas e das redes de ensino, ao longo da sua existência, passou por mudanças e aprimoramentos. No momento atual, são vivenciadas novas tendências, como a inserção na Educação Infantil, e a ampliação no Ensino Fundamental.

Em relação à Educação Infantil, o foco será medir a qualidade da infraestrutura e do trabalho feito pelos profissionais que trabalham nas escolas, através de questionários a Professores e Diretores de creche e pré-escola.

¹ Sistema de Avaliação da Educação Básica

Quanto ao Ensino Fundamental, a ampliação compreende:

- A inserção das turmas de 2º Ano com provas de Língua Portuguesa e de Matemática;
- Para o 5º Ano e também o 9º Ano, abrangência da prova para toda área de Linguagem, e não apenas Língua Portuguesa;
- Ainda para o 5º Ano e também o 9º Ano, inclusão das áreas de Ciências da Natureza e de Ciências Humanas.

As mudanças serão inseridas de forma gradativa, inicialmente por amostragens, como já vem ocorrendo. No entanto, o objetivo é introduzi-las de forma censitária, após as experiências amostrais.

Nesse contexto, emerge a importância de cada vez mais a avaliação da aprendizagem, no âmbito da sala de aula, caminhar alinhada às Matrizes de Referências do SAEB. Torna-se um desafio para Coordenadores Pedagógicos e Professores: conhecer de forma aprofundada as novas Matrizes de Referência do SAEB, interpretá-las, associá-las às habilidades previstas na BNCC e inseri-las nas atividades corriqueiras do cotidiano escolar.

Essa inserção não se sustenta apenas nas séries onde são aplicadas provas do SAEB aos alunos, visto que a pretensão não é rotular o ensino à mera preparação do aluno para esse momento. Busca-se, na verdade, o fortalecimento do ensino a partir das competências e habilidades previstas na BNCC, onde as essenciais estão transpostas nas Matrizes de Avaliação do SAEB.

Assim, pretende-se para todas as turmas, independente do ano, um afincado planejamento pedagógico onde o cotidiano da sala de aula seja norteado pela cadeia BNCC – DCRB – DCRM – Planos de Cursos – Planos de Aula - Matrizes de Referências do SAEB. E mais: que os instrumentos de avaliação aplicados aos alunos considerem, de forma efetiva, as habilidades essenciais conciliadas entre a BNCC e as Matrizes de Referência do SAEB, dentro do ciclo de ensino.

A Resolução CNE/CEB Nº 7, de 14 de Dezembro de 2010, versa:

Art. 33 Os procedimentos de avaliação adotados pelos professores e pela escola serão articulados às avaliações realizadas em nível nacional e às congêneres nos diferentes Estados e Municípios, criadas com o objetivo de subsidiar os sistemas de ensino e as escolas nos esforços de melhoria da qualidade da educação e da aprendizagem dos alunos. (BRASIL, 2010, p. 10).

Há de se refletir, finalmente, acerca de que o que deve ser avaliado de forma externa precisa se tornar algo vivo e presente na rotina da sala de aula. Afinal, a prova do SAEB não pode ser uma novidade diferenciada, e sim, uma aferição em torno da prática pedagógica comum vivenciada na trajetória escolar do aluno.

3. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação na Educação Infantil caracteriza-se como um processo de acompanhamento do desenvolvimento atrelado a observação atenta e contínua do Professor que deve considerar todo o percurso trilhado pela criança.

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (2017) a observação da trajetória de cada criança e do grupo deve ter como foco as conquistas, os avanços e as aprendizagens como instrumentos relevantes no processo de avaliação. Reitera, ainda, que além da evolução das aprendizagens das crianças, o ato de avaliar requer também a necessidade de refletir sobre as práticas do Professor, como sujeito facilitador e motivador.

Na Educação Infantil, a Rede Municipal de Ensino de Anguera utiliza a Avaliação Diagnóstica desenvolvendo observações nos primeiros dias do Ano Letivo, como ferramenta que ajuda a mapear os conhecimentos prévios trazidos pela criança. Nesse contexto, são utilizados os seguintes instrumentos:

➤ **Evolução do Desenho**

Creche: Grupos 02 e 03

Pré-Escola: Grupos 04 e 05

➤ **Evolução da escrita**

Creche: Grupo 03

➤ **Atividade Diagnóstica de Leitura, Escrita e Letramento Matemático**

Pré-Escola: Grupos 04 e 05

Quanto à Avaliação Formativa, durante todo o percurso do Ano Letivo são utilizados os seguintes instrumentos:

- **REGISTROS DIÁRIOS:** produzidos diariamente pelo Professor em forma de anotações, a partir das observações das propostas de atividades realizadas com e pelas crianças.
- **PORTFÓLIO:** caracteriza-se por registrar diferentes momentos e vivências da criança na instituição. Entre os tipos de portfólios, recomenda-se da Rede Municipal de Ensino de Anguera destacaremos os seguintes:

Portfólio de Aprendizagem: contém todas as produções das crianças durante cada etapa letiva;

Portfólio Demonstrativo: contém as atividades que mais evidenciam o desenvolvimento das crianças durante todo o ano letivo.

Relatório Individual: caracteriza-se como uma narrativa que tem como objetivo comunicar as aprendizagens, expressando avanços, conquistas e descobertas no processo educativo da criança. Além do desenvolvimento cognitivo, também versa sobre atitudes e comportamentos observados em relação às competências socioemocionais. São produzidos pelos Professores com o acompanhamento da Coordenação Pedagógica, ao final de cada Etapa Letiva.

Em todos os instrumentos utilizados, entende-se que a avaliação na Educação Infantil deve ser contínua, investigativa, cuidadosa e com informações características da trajetória da criança, respeitando as diversidades e especificidades que cada uma apresenta.

Potencializando o acompanhamento dos pais ou responsáveis no processo de avaliação da criança na Educação Infantil, as escolas são orientadas a organizar o **Plantão Pedagógico**, ao término de cada Etapa Letiva. Trata-se de um importante momento onde a evolução da criança frente aos objetivos de aprendizagens é detalhada para os pais ou responsáveis, a fim de que possa participar da vida escolar de seus filhos com maior efetividade e informações, ao

tempo em que a unidade escolar fortalece os laços de unidade com a instituição “família”, valoriza a participação social e vivencia a democratização do ensino.

O **Plantão Pedagógico** acontece com a apresentação e entrega do Portfólio e Relatório Individual aos respectivos pais ou responsáveis de cada criança. O momento reúne o Professor titular, o Professor complementar (quando houver), o Auxiliar de Ensino, e caso necessário, a Gestão da Escola, a Coordenação e a Supervisão Pedagógica.

Outra importante ação efetiva na Rede Municipal, voltada às crianças do grupo 05 da Pré-Escola, concluintes da Educação Infantil, é o encaminhamento de cópia do Relatório Individual referente ao final da 3ª Etapa Letiva, quando se finda o Ano Letivo, para a nova escola aonde a criança vai iniciar o curso do Ensino Fundamental, como forma de facilitar o acompanhamento a partir de então, do desenvolvimento no processo de alfabetização da criança.

4. AVALIAÇÃO NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

O ingresso no 1º Ano do Ensino Fundamental requer, nas duas primeiras semanas de aula, minuciosas observações e a aplicação de instrumentos que permitam uma eficaz Avaliação Diagnóstica. Esse é o momento áureo da alfabetização da criança. Após reunir saberes e vivências da Educação Infantil, é o momento de avançar na escrita, na leitura e no letramento.

Recomenda-se, inicialmente, um acolhimento muito cuidadoso por parte da escola. Ali a criança começa a formar a ideia de valorização do ambiente escolar, iniciando o processo de conscientização sobre o significado da escola em sua vida. Daí, a importância de um ambiente agradável, prazeroso, lúdico, motivador e atrativo.

Nos primeiros dias, as observações diárias feitas pelos Professores tendo como base as atividades aplicadas e as atitudes socioemocionais devem ser confrontadas com o Relatório Individual da criança referente à conclusão da Educação Infantil, meses anteriores.

A partir de então, torna-se importante aplicar atividades investigativas em relação às habilidades iniciais para o desenvolvimento frente à leitura, à escrita, ao

letramento, à alfabetização matemática, bem como noções de espaço, tempo e sociedade. Estas atividades complementam a Avaliação Diagnóstica de entrada, iniciada com as observações sobre a criança, conforme mencionado anteriormente.

São tópicos relevantes para a Avaliação Diagnóstica da criança no ingresso no 1º Ano do Ensino Fundamental:

- Selecionar habilidades essenciais a serem diagnosticadas, buscando ter clareza sobre o nível de aprendizagem do aluno;
- Identificar as aprendizagens consolidadas que o aluno traz da Educação Infantil e da vida, bem como as não consolidadas;
- Focar a apropriação do sistema de escrita alfabética, a leitura e produção textual, selecionando conhecimentos mais básicos;
- Inserir a alfabetização matemática no considerando os diferentes eixos orientados pela BNCC, selecionando o que for mais essencial ao momento, dentro de cada eixo.

A Rede Municipal de Ensino não utiliza notas na avaliação do aluno no 1º Ano do Ensino Fundamental. É adotada uma escala de conceitos, apresentada mais abaixo neste documento.

A Avaliação Formativa, na qual o Professor se atenta a realizar processualmente no dia a dia, reúne os seguintes instrumentos:

- **Portfólio das Atividades:** coleciona todas as atividades realizadas pela criança, por cada Componente Curricular. Pode ser organizado por sequência de datas ou conforme as habilidades trabalhadas. Esse instrumento permite investigar a evolução do aluno em um período temporal, caracterizando, portanto, a Avaliação Comparativa.
- **Portfólio de Evolução:** consta de atividades que permitem aferir a evolução do aluno nos diferentes níveis de proficiência frente às habilidades exploradas no Planejamento do Professor, sobretudo em

relação à leitura, à escrita, ao letramento e à alfabetização matemática.

- **Parecer Descritivo:** apresenta resumo da análise investigativa feita pelo Professor, copilando as observações do dia a dia, ao final de cada Etapa Letiva, aproximadamente equivalente ao período trimestral. Possui menções pré-definidas no âmbito de cada Componente Curricular, e consta também da descrição de forma livre, constando as conclusões obtidas pelo Professor frente ao nível de desenvolvimento nas habilidades trabalhadas e em relação às competências socioemocionais.

Ao término de cada Etapa Letiva, o Professor debruça sobre os três (03) instrumentos utilizados na Avaliação Formativa, acima relacionados, e, a partir de uma reflexão consciente, profunda e amadurecida sobre o desenvolvimento da criança em cada Componente Curricular, atribui, em conclusão, o conceito referente àquela Etapa Letiva.

[...] uma avaliação espelha um juízo de valor, uma dada concepção de mundo e de educação, e por isso vem impregnada de um olhar absolutamente intencional que revela quem é o educador quando interpreta os eventos da cena pedagógica. (SORDI, 2001, p. 173)

O Parecer Descritivo de cada aluno, ao final de cada Etapa Letiva, de forma sequenciada, em que consta o processo de aprendizagem e dificuldades de acordo as habilidades, possibilita ao Professor exercitar a Avaliação Comparativa, investigando a evolução do aluno desde as atividades diagnósticas aplicadas no início do Ano Letivo.

Após cada Etapa Letiva são realizados Plantões Pedagógicos onde os Professores entregam aos pais/responsáveis a coletânea das atividades, o Parecer Descritivo da respectiva Etapa Letiva e apresenta o conceito do aluno nos diferentes Componentes Curriculares.

Ao final do Ano Letivo, prevalecerá como conceito final do aluno, para constar em seu Histórico Escolar, **o conceito atribuído na 3ª Etapa Letiva**, visto que o processo de avaliação caracterizou-se como **formativo**, mantendo-se de forma processual, considerando os avanços gradativamente, sobretudo no

acompanhamento da alfabetização do aluno. Ou seja, prevaleceu uma avaliação contínua, registrando o ápice alcançado pelo aluno.

A escala dos conceitos, utilizados em cada Etapa Letiva, mencionada anteriormente, constitui-se da seguinte forma:

CONCEITO	DESCRIÇÃO / CARACTERÍSTICAS / OBSERVAÇÕES / REGISTROS
O	Ótimo - <i>O aluno atingiu com excelência os objetivos propostos para a Etapa Letiva, revelando envolvimento nas tarefas, responsabilidade, interesse, curiosidade para aprender, assiduidade, organização. Além desta descrição qualitativa, alinhada às competências socioemocionais, avançou nas habilidades propostas pelo Professor no referido Componente Curricular.</i>
MB	Muito Bom - <i>O aluno atingiu os objetivos propostos necessitando ainda ser trabalhado pedagogicamente em relação a alguns aspectos. Avançou nas habilidades propostas, no referido Componente Curricular, mas necessita aprofundar em atividades consideradas mais desafiadoras.</i>
B	Bom - <i>O aluno atingiu parcialmente os objetivos propostos para o período, revelando, de forma aceitável, envolvimento nas tarefas, responsabilidade, interesse, curiosidade para aprender, assiduidade, organização. Quanto às habilidades trabalhadas no Componente Curricular específico, o aluno ainda precisa avançar em atividades que exigem estratégias mais elaboradas.</i>
RE	Regular - <i>O aluno atingiu parcialmente os objetivos propostos para o período, mas necessita trabalhar de forma considerada as competências socioemocionais. Em relação às habilidades trabalhadas no referido Componente Curricular, avança em algumas poucas, encontra-se em estágio inicial na maioria, e possivelmente frente algumas delas está em estágio não iniciado.</i>

Ressalta-se que no 1º Ano do Ensino Fundamental não há retenção do aluno. O conceito final, como dito antes, será aquele atribuído na 3ª Etapa Letiva, em cada componente curricular, e assim, portanto, estará condizente à aprovação, dita aprovação automática (AA).

5. AVALIAÇÃO DO 2º ANO AO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A partir do 2º Ano do Ensino Fundamental, até o 9º Ano, a Avaliação Somativa ganha espaço, passando a interagir com os demais tipos. Em cada Etapa Letiva, para cada um dos Componentes Curriculares, atribui-se ao rendimento escolar do aluno uma nota que vale de ZERO a DEZ pontos, obtida com o somatório das parcelas fragmentadas em instrumentos diversificados.

A presença da Avaliação Somativa, no entanto, não afasta o caráter processual. Os instrumentos utilizados dentro de uma mesma Etapa Letiva devem manter interação, garantindo um acompanhamento gradativo no avanço do aluno frente às habilidades trabalhadas.

A evolução do aluno pode ser observada a partir da comparação nos diferentes instrumentos aplicados numa mesma etapa letiva ou entre diferentes etapas, desde que sequenciadas. Assim, cumprir-se-á a Avaliação Comparativa.

É importante a realização de Avaliações Diagnósticas em espaço de tempo abreviado, focando habilidades essenciais, buscando aferir o nível de aprendizagem do aluno em uma a uma, especificamente. As possibilidades são: 1) não iniciada, 2) iniciando, 3) avançando, 4) consolidando ou 5) consolidada. Unem-se aí as avaliações diagnósticas e comparativas.

O papel de diagnosticar compete ao Professor, de forma autônoma em sala de aula, objetivando aprimorar ou reestruturar seu planejamento; à escola, de forma articulada pela Coordenação Pedagógica; ou até mesmo à Rede de Ensino, numa ação mais ampla geralmente objetivando investimentos ou incentivo a projetos.

Fortalecendo a Avaliação Diagnóstica, e permitindo um acompanhamento da aprendizagem dos alunos no tocante a habilidades essenciais, por níveis, a Rede Municipal de Ensino desenvolve a Prova do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação (SIGA), com adesão de todas as unidades escolares. Esse acompanhamento ocorre nos Componentes Curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, em consonância com as Matrizes de Referência do SAEB. Há tendência de ampliação gradativa, acompanhando o movimento de inserção de outros Componentes Curriculares na Prova do SAEB.

As edições do SIGA são aplicadas conforme levantamento de demandas prioritárias que a Supervisão Pedagógica faz junto às escolas.

Por sua vez, a Avaliação Formativa é inserida do 2º ao 9º Ano de forma a explorar o protagonismo do aluno nos diferentes instrumentos de avaliação planejados pelos Professores, dentro das Etapas Letivas. A participação do aluno nesses instrumentos deve considerar competências cognitivas e socioemocionais, com a aplicação de metodologias diversificadas. O aluno, como protagonista, traz ao seu Professor, sujeito facilitador, devolutiva dos estudos e das atividades, sob a perspectiva das habilidades. O Professor, por sua vez, avalia o desempenho do aluno referente às habilidades focadas, e avalia também as relações estabelecidas para o cumprimento das atividades, a interação com o meio, as diversas expressões, a organização, a capacidade criativa, entre outros fatores.

Vale lembrar que ao definir os instrumentos a serem aplicados na Avaliação Formativa, deve-se levar em conta a série, faixa etária de idade dos alunos, os recursos pedagógicos necessários e acessíveis, o momento, as experiências anteriores, entre outros quesitos. Difere-se, por exemplo, as condições, a natureza e o instante em que são realizados brincadeiras e jogos, em relação ao que se promovem seminários de debates.

A fragmentação dos instrumentos de avaliação aplicados em cada Etapa Letiva para aferir o Rendimento Escolar, dar-se-á da seguinte forma:

PARA O 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

1º Instrumento / Valor = 1,0: competências socioemocionais, aspectos cognitivos, participação nas aulas, atividades extraclasse, blocos de atividades, atividades complementares e leitura de paradidáticos;

2º Instrumento / Valor = 2,0: produção oral e escrita, pesquisas, atividades de campo, portfólio, jogos analógicos e digitais, participação em projetos pedagógicos, estudos de casos, atividades diagnósticas, atividades de grupo, entre outros;

3º Instrumento / Valor = 2,0: teste escrito com questões abertas e/ou objetivas, testes orais ou práticos;

4º Instrumento / Valor = 5,0: prova escrita com questões abertas e/ou objetivas.

DO 3º AO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

1º Instrumento / Valor = 1,0: competências socioemocionais, atividades extraclases, blocos de atividades, atividades complementares, participação nas aulas e interação nos projetos de leitura, escrita e letramento;

2º Instrumento / Valor = 2,0: atividades em grupo, debates, pesquisas, atividades de campo, produções envolvendo os gêneros literários, portfólios, entre outros;

3º Instrumento / Valor = 2,0: teste escrito com questões abertas e/ou objetivas, testes orais ou práticos, demonstração de experimentos e produções diversificadas;

4º Instrumento / Valor = 5,0: prova escrita com questões abertas e/ou objetivas.

NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (6º AO 9º ANO)

Em cada Etapa Letiva, o último dos instrumentos aplicados, para todos os Componentes Curriculares, será a prova escrita com questões abertas e/ou objetivas, no **valor de 5,0 pontos**;

Os outros **5,0 pontos** deverão ser fragmentados entre instrumentos a serem definidos pelos Professores, em planejamento construído com o acompanhamento da Coordenação Pedagógica, tendo foco prioritário em testes escrito/oral/prático, e atividades diversificadas a exemplo de seminários, debates, apresentações em grupos, produções orais e escritas, participação em projetos pedagógicos, exposições, mapas conceituais, jogos digitais e analógicos, modelagem, experimentos, aprendizagem baseada em problemas, estudos de casos, diagnósticos, produções audiovisuais, produções em grupos, pesquisas, atividades em aulas de campo, participação ativa nas aulas, blocos de atividades, atividades extraclasse, estudos da metodologia da sala de aula invertida e outros instrumentos diversos da Avaliação Formativa, a exemplo da observação e registros quanto ao desenvolvimento das competências socioemocionais.

6. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS (EJA)

O aluno da EJA espera da escola uma prática pedagógica que contemple suas realidades de vida. Assim, a avaliação sobre suas aprendizagens deve considerar, para além de conhecimentos sistematizados ou acadêmicos, a leitura de mundo, as aprendizagens oriundas das experiências de vida e o desenvolvimento de atitudes e habilidades voltadas à atuação na sociedade.

Quanto à Avaliação do Rendimento Escolar na EJA, desde o Estágio I do 1º Segmento, que corresponde ao 1º Ano do Ensino Fundamental, a aferição é expressa com notas de ZERO a DEZ, considerando os princípios da Avaliação Somativa. Porém, os instrumentos aplicados devem ser planejados pelo Professor de maneira a explorar, prioritariamente, a Avaliação Formativa, onde o ensino e a aprendizagem se voltam, para além do conhecimento acadêmico, a formação integral do sujeito, preparando-o para o exercício da cidadania.

Define-se, para a aferição do Rendimento Escolar na EJA, a cada Etapa Letiva, a seguinte organização pedagógica:

1º SEGMENTO (CORRESPONDENTE AOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL) / EJA 100% PRESENCIAL

1º Instrumento / Valor = 2,0: acompanhamento processual da frequência, participação das aulas, iniciativa criativa, dedicação aos estudos e participação nas atividades diversificadas dos Projetos Pedagógicos;

2º Instrumento / Valor = 2,0: portfólio de atividades que permita observar evolução na aprendizagem;

3º Instrumento / Valor = 2,0: teste escrito ou apresentação diversificada de caráter científico ou cultural em torno de um tema gerador trabalhado na escola;

4º Instrumento / Valor 4,0: prova escrita.

1º SEGMENTO (CORRESPONDENTE AOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL) / EJA COMBINADA

1º Instrumento / Valor = 2,0: acompanhamento processual da frequência, participação nas aulas, iniciativa criativa, dedicação aos estudos, regularidade no cumprimento das atividades extraclasse e participação nas atividades diversificadas dos Projetos Pedagógicos;

2º Instrumento / Valor = 3,0: portfólio de atividades organizado por áreas do conhecimento, de forma a contemplar os componentes Curriculares, evidenciando o desenvolvimento nas aprendizagens;

3º Instrumento / Valor = 5,0: prova escrita.

2º SEGMENTO (CORRESPONDENTE AOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO INTERMEDIÁRIO (6º/7º ANO) E CICLO DE CONSOLIDAÇÃO (8º/9º ANO)) / TURMAS COM FAIXA ETÁRIA MÉDIA ENTRE 15 A 20 ANOS

Em cada Etapa Letiva, o último dos instrumentos aplicados será prova escrita com questões abertas e/ou objetivas, no valor de **5,0 pontos**;

Os outros **5,0 pontos** serão fragmentados entre instrumentos a serem definidos pelos Professores, interagindo com a Coordenação Pedagógica, inserindo-se como possibilidades: testes escritos/orais, seminários, mapas conceituais, produção oral e escrita, estudos de casos, simulados, produções audiovisuais, avaliações entre pares, pesquisas, aprendizagem baseada em problemas, projetos, modelagem, debates, experimentos, produção narrativas, atividades de campo e participação em classe, jogos digitais e analógicos, entrevistas, entre outros, blocos de atividades, participação em projetos pedagógicos, capacidade criativa, cumprimento das atividades e dedicação aos estudos, além de outros instrumentos com respaldo na Avaliação Formativa.

2º SEGMENTO (CORRESPONDENTE AOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESTÁGIO VI (6º/7º ANO) E ESTÁGIO VII (8º/9º ANO)) / EJA 100% PRESENCIAL

1º Instrumento / Valor = 2,0: acompanhamento processual da frequência, participação das aulas, iniciativa criativa, dedicação aos estudos e participação nas atividades diversificadas dos Projetos Pedagógicos;

2º Instrumento / Valor = 1,0: atividades com foco nas habilidades, listas de exercício, blocos de atividades;

3º Instrumento / Valor = 2,0: teste escrito ou aprendizagem baseada em problemas, modelagem, trabalhos práticos, debates, seminários, pesquisas, participação em trabalhos coletivos e/ou individuais, atividades complementares, atividades ou trabalhos de campo, visitas e/ou exposições, produções textuais, autobiografias, jogos pedagógicos, entrevistas, portfólios, mapas conceituais e relatórios;

4º Instrumento / Valor 5,0: prova escrita.

2º SEGMENTO (CORRESPONDENTE AOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - ESTÁGIO VI (6º/7º ANO) E ESTÁGIO VII (8º/9º ANO)) / EJA COMBINADA

1º Instrumento / Valor = 2,0: acompanhamento processual da frequência, participação das aulas, iniciativa criativa, dedicação aos estudos, regularidade no cumprimento das atividades extraclasse, participação nas atividades diversificadas dos Projetos Pedagógicos;

2º Instrumento / Valor = 3,0: aprendizagem baseada em problemas, modelagem, produção oral e escrita, pesquisas e relatórios, blocos de atividades e/ou portfólios;

3º Instrumento / Valor = 5,0: prova escrita.

Para a EJA com carga horária 100% presencial de forma direta, os instrumentos de avaliação serão aplicados por cada Componente Curricular. Enquanto que para a EJA COMBINADA com carga horária direta e indireta, os instrumentos de avaliação serão aplicados por Áreas do Conhecimento.

7. AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

É indispensável que o sistema de avaliação e seus instrumentos atendam a necessidades específicas da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Quando a escola não utiliza a avaliação como um aliado na aprendizagem, de forma a considerar a diversidade do público, o aluno com deficiência, transtorno de desenvolvimento ou superdotação tem segregado o direito da inclusão.

Os quatro tipos de avaliação - *Diagnóstica, Somativa, Formativa e Comparativa* - exercem fundamental importância na Educação Especial sendo aplicado de acordo com o estágio de desenvolvimento do aluno mediante as diversas formas para ter acesso ao aprendizado de maneira plena.

O acompanhamento do desenvolvimento das aprendizagens deste público alvo é complementado pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), que atende educandos com necessidades educacionais especiais, no contraturno regular. O AEE é oferecido pelo Centro de Recursos Multifuncionais (CRM), com Professor especializado na área, o qual planeja e organiza os recursos necessários para o desenvolvimento do aluno, tais quais: a produção de materiais acessíveis, adequações/adaptações de atividades e avaliações específicas.

O Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) do Aluno é o documento que norteia as aprendizagens a serem avaliadas, sendo construído pelo Professor do AEE em interação com os Professores da escola regular e com a família. Recomenda-se atualização a cada Etapa Letiva, pois deve considerar o desenvolvimento consolidado pelo aluno durante o processo.

A avaliação na Educação Especial tem como objetivo mensurar os conhecimentos, competências e habilidades do aluno, observando o tempo, e a maneira como este aprende e as dificuldades que possui. Deve considerar as observações das experiências vivenciadas individualmente e coletivamente, acompanhamentos diários, fazendo registros de seu desenvolvimento, considerando

os seus avanços de acordo com suas necessidades específicas e principalmente, respeitando o tempo de cada um para trabalhar os valores, a responsabilidade e a autonomia.

8. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA PARA REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR

É bastante comum que alunos da EJA procurem a escola sem comprovação da sua escolaridade anterior. Para fins de garantir a inclusão, a escola efetiva a matrícula e adota procedimentos da Avaliação Diagnóstica para fins de estabelecer o Segmento e Estágio a cursar.

Esse procedimento é amparado pelo artigo 24, inciso II, alínea “c” da LDB e pela Portaria SEC Nº 02/2011. Dessa forma, a Avaliação Diagnóstica tem relevante papel na EJA, no âmbito da Rede Municipal.

Nesta perspectiva, para o 1º Segmento da EJA, a Avaliação Diagnóstica afere os conhecimentos desde o sistema alfabético, até a leitura e escrita de sílabas, palavras, frases, textos curtos, medianos e longos, produções livres, o letramento, a alfabetização matemática, vivências e experiências com números e quantidades, operações fundamentais da matemática, conhecimentos básicos de geometria e conhecimentos básicos sobre a sociedade e a natureza.

Já para o 2º Segmento da EJA, a Avaliação Diagnóstica afere a compreensão de textos, localização de informações explícitas e implícitas, sentido de palavras e expressões, interpretação de temas, vivências e experiências em torno de diferentes gêneros textuais, marcas linguísticas de um texto, produção escrita, resolução de problemas matemáticos, expressões numéricas com foco em situações reais, interpretação de informações em gráficos e tabelas, grandezas e medidas, figuras planas e espaciais, natureza e sustentabilidade, vida saudável, aspectos da natureza, paisagismo, cultura, sociedade e fatos históricos.

Apesar de ser mais recorrente na EJA, vale ressaltar e deixar bem claro que esse instrumento previsto na legislação educacional também se aplica ao Ensino Fundamental dito regular, bem como em todas as modalidades.

No Ensino Fundamental de 09 Anos, a Avaliação de Regularização da Vida Escolar, como é denominada na Rede Municipal, deve ser aplicada individualmente para cada Componente Curricular, ou por Área do Conhecimento, mediante uma

matriz constando as competências e habilidades a serem aferidas, disponibilizada previamente pela escola, com agendamento de datas para realização da prova escrita, cuja média vale de ZERO a DEZ pontos.

9. PRÉ-CONSELHOS DE CLASSE

O Calendário Escolar estabelecido a cada Ano Letivo para a Rede Municipal prevê a realização de dois Pré-Conselhos de Classe, sendo um após o término da 1ª Etapa Letiva e outro após o término da 2ª Etapa Letiva. Configuram-se como momentos onde o conjunto dos Professores, utilizando-se dos resultados de cada aluno nos instrumentos de avaliação utilizados, debruça-se numa detalhada ação da Avaliação Comparativa, observando o avanço de cada aluno no percurso letivo. Também avalia cada aluno quanto ao desenvolvimento nas competências socioemocionais, que retratam a avaliação qualitativa.

Os dois Pré-Conselhos de Classe tornam-se espaços prévios do Conselho de Classe Final. Ou seja, são momentos de balanço parcial sobre o perfil de cada aluno mediante o rendimento escolar e o desempenho qualitativo.

Durante o Pré-Conselho de Classe é elaborado um Plano Estratégico constando de ações direcionadas para curto prazo, visando melhorar o nível de aprendizagem dos alunos, bem como outras intervenções necessárias.

Após cada Pré-Conselho de Classe, as escolas realizam Plantões Pedagógicos, que se configuram em momentos de diálogo pedagógico com pais ou responsáveis sobre as informações coletadas e registradas durante o respectivo Pré-Conselho. Os Plantões Pedagógicos priorizam chamar à escola, de forma emergente, os pais/responsáveis daqueles alunos que obtiveram baixos rendimentos em parte ou na totalidade dos Componentes Curriculares. De forma gradativa, as escolas garantirão o diálogo pedagógico com a totalidade dos pais/responsáveis.

10. RECOMPOSIÇÃO DA APRENDIZAGEM

Cumprindo a legislação educacional, as escolas da Rede Municipal de Ensino de Anguera são orientadas a planejar e executar ações de **Recomposição da Aprendizagem** voltada a alunos com baixo rendimento das avaliações.

A LDB prevê como atribuição docente a “recuperação paralela” para alunos com baixo rendimento na aprendizagem.

Art. 13 Os docentes incumbir-se-ão de:

[...]

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; (BRASIL, 1996, p. 14).

Mais adiante, a LDB prevê, preferencialmente, a denominada “recuperação paralela”:

Art. 24. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:

[...]

V - a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

[...]

e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos; (BRASIL, 1996, p. 18).

A Resolução CNE/CEB Nº 7, de 14 de Dezembro de 2010, estabelece:

Art. 32 A avaliação dos alunos, a ser realizada pelos professores e pela escola como parte integrante da proposta curricular e da implementação do currículo, é redimensionadora da ação pedagógica e deve:

[...]

V - prover, obrigatoriamente, períodos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, como determina a Lei nº 9.394/96; (BRASIL, 2010, p. 9).

Por sua vez, o Estatuto do Magistério Público Municipal, estabelecido na Lei Nº 165, de 15 de Outubro de 2013, reforça como dever do Professor Municipal:

Art. 65 [...] IV - estabelecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento (ANGUERA, 2013, p. 23)

As ações de Recomposição da Aprendizagem são intervenções planejadas pelos Professores, em articulação integrada promovida pela Coordenação Pedagógica das escolas.

Por sua vez, a Secretaria Municipal de Educação deve estimular a Recomposição da Aprendizagem com a oferta de formações pedagógicas, a inserção de períodos prioritários no calendário letivo, contribuir com a produção de materiais e com recursos pedagógicos, além de acompanhar a efetivação em cada escola para fins de resguardar a garantia aos alunos.

11. INTRODUÇÃO DO PESO NAS ETAPAS LETIVAS

A Rede Municipal de Ensino a partir do Ano Letivo de 2023 introduz PESO na pontuação obtida pelos alunos nas Etapas Letivas, para fins de cálculo da Média Final em cada Componente Curricular.

A inserção do mecanismo tem os seguintes objetivos:

- Incentivar um maior interesse pelos estudos a cada Etapa Letiva, mostrando que a construção do conhecimento se fortalece gradativamente;
- Evitar que os alunos com acúmulo de pontuação mais elevada nas primeiras etapas letivas esmoreçam nos estudos durante a 3ª Etapa Letiva;
- Conscientizar acerca de que a 3ª Etapa Letiva é um momento fundamental para a consolidação de habilidades, requerendo estudos com mais amplitude, apoderando-se das aprendizagens anteriores para avançar nos conhecimentos.

A fórmula é válida nas séries do 2º Ano até o 9º Ano do Ensino Fundamental, inserindo também a modalidade da EJA. Para ressaltar, o aluno da EJA tende a identificar maior relação com a escola e com a dedicação aos estudos, no decorrer do ano letivo, grande descobre estímulos e afasta a possibilidade de evasão, fruto do esforço empreendido.

Com a inserção do “peso”, o cálculo da Média Final deixa de ser pela fórmula aritmética e passará a ser pela FÓRMULA PONDERADA. O “peso” atribuído a cada Etapa Letiva é:

- 1ª Etapa ---- Peso **3,0**
- 2ª Etapa ---- Peso **3,0**
- 3ª Etapa ---- Peso **4,0**

Em cada Componente Curricular, a nota (de ZERO a DEZ) obtida pelo aluno é multiplicada pelo respectivo PESO. Os valores encontrados nas três multiplicações são somados, e em seguida esse total é dividido por 10 (dez). O quociente encontrado representa a Média Final do Aluno.



O aluno obtendo Média Final igual ou superior a 5,0 pontos estará aprovado no respectivo Componente Curricular. Quando tiver média final inferior a 5,0 pontos, será submetido a estudos e avaliações finais de recuperação da aprendizagem.

12. AVALIAÇÕES FINAIS OU AVALIAÇÕES DE RECUPERAÇÃO

Quando o aluno de 2º Ano ao 9º Ano do Ensino Fundamental, ou de qualquer estágio na modalidade da EJA não atinge a Média Final de 5,0 pontos, suficiente

para aprovação direta, tem garantido o período de estudos de recuperação da aprendizagem, e seguida a Avaliação Final, também conhecida como “Prova de Recuperação”.

A Avaliação Final deve se constituir de um instrumento único, preferencialmente escrito, com valor de ZERO a DEZ pontos, sendo que a nota obtida pelo aluno será a Média Final referente ao respectivo Componente Curricular.

13. CONSELHO DE CLASSE FINAL

Quando, na ‘Prova de Recuperação’, o aluno não atingir a média de 5,0 pontos, ele será avaliado, na forma da legislação educacional, consoante às Diretrizes da Rede Municipal e ao Regimento Escolar, para o Conselho de Classe Final, se trata de um espaço coletivo entre os Professores da Turma ou da Escola, que decidirá pela aprovação ou reprovação do respectivo aluno, observando as especificidades individuais, normas ou diretrizes legais, e os princípios da avaliação formativa ou qualitativa.

O Conselho de Classe é dirigido em conjunto pela Direção Escolar e Coordenação Pedagógica. Deve contar também com a presença de profissionais que desempenharam atividades de orientação educacional e Busca Ativa. Caminha-se, ainda, para a democratização desse espaço de avaliação, prevendo a participação de representação dos pais/responsáveis ou mesmo de representantes(s) dos estudantes.

Há de se considerar que as escolas já realizam dois pré-conselhos de classe que antecedem ao Conselho de Classe Final.

Por sua vez, o Conselho de Classe Final deve observar todo o percurso do aluno durante o Ano Letivo, especificidades, possíveis relatórios de deficiência, transtornos ou altas habilidades, registros no Diário de Classe ou outros relatórios, notas parciais, diagnósticos de aprendizagens, a recomposição de aprendizagens oportunizada pela escola, frequência e/ou formulários da Busca pelo Aluno (Busca Ativa), fatores de interferência na vida social e em aspectos de caráter humano, bem como as competências socioemocionais.

Quando aprovado pelo Conselho de Classe Final, a média final do aluno no(s) Componente(s) Curricular(es) onde se deu a aprovação, é automaticamente

elevada para 5,0 pontos. Em atas, relatórios e documentos escolares, a sigla APCC identifica que o aluno foi APROVADO pelo Conselho de Classe.

Referente aos casos de reprovação, os Professores, a Coordenação Pedagógica e a Gestão Escolar incumbem-se da elaboração de Relatórios Descritivos, individualmente sobre cada aluno, apresentando as justificativas e/ou alegações, no ato do Conselho de Classe Final.

O Conselho Municipal de Educação (CME) é a instância superior onde partes interessadas possam consultar e recorrer sobre casos de reprovação do aluno no Ano Letivo, na condição de órgão fiscalizador, consultivo, deliberativo, e também normativo, do Sistema Municipal de Ensino. Por sua vez, o CME, independente de provocado ou não por qualquer das partes, cumprindo sua função fiscalizadora, tem a competência de averiguar as reprovações de alunos nas unidades escolares integrantes do Sistema Municipal de Ensino.

14. RESULTADO FINAL

Após fechamento do Ano Letivo, para cada aluno matriculado numa unidade escolar será atribuída sua situação final, a constar na trajetória da vida escolar, da seguinte forma:

AA: Aprovação Automática

AP: Aprovado

RP: Reprovado

CA: Curso em Andamento

AB: Abandonou

TR: Transferido

FA: Faleceu

SM: Sem Movimentação

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indispensável alçar um novo olhar sobre a Avaliação do Rendimento Escolar, visto as práticas pedagógicas que norteiam a ação docente nas escolas, bem como diversos fatores como as competências e habilidades previstas ao para o ensino, entre as quais as competências de ordem socioemocionais, a recomposição da aprendizagem, a inclusão, entre outros.

Na Educação Infantil, no Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), na EJA ou na Educação Especial, os procedimentos e técnicas de avaliação diferenciam-se para atender as especificidades de cada público.

Em todos os níveis e modalidades de ensino na Rede Municipal, espera-se pelo resultado tão almejado que é a formação do aluno protagonista, fruto de um ensino humanizado, seja aferido por meios dos diferentes instrumentos de avaliação.

É justamente nesta perspectiva de avaliação que deve ser pautada a ação pedagógica, a avaliação deve ser compreendida como um ato amoroso e acolhedor e não um julgamento, e se dará em um ambiente onde os investimentos pedagógicos tenham como objetivo dar suporte e orientar os estudantes no processo de ensino-aprendizagem, na consolidação das competências e habilidades a cada ano de escolarização.

A avaliação é um processo que cada vez mais requer reflexão e aprimoramentos por parte do Professor, a valorização das conquistas dos estudantes quanto às aprendizagens, nem como o que ainda lhes falta para garantir a consolidação.

Não restam dúvidas que, respeitando a característica processual da avaliação, bem como as constantes atualizações das práticas pedagógicas e metodológicas, o Professor deve moldar e/ou modificar suas estratégias de avaliar o aluno conforme o conjunto das condições e da realidade vivenciada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Sabrina. Veja como a avaliação escolar de acordo com a BNCC pode ser feita com seus alunos. **Imagine Educação**, 2021. Disponível em: <<https://educacao.imagine.com.br/avaliacao-escolar-de-acordo-com-a-bncc/>> Acesso em: 12 jan. 2022.

ANGUERA, BA. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Curricular Referencial Municipal (DCRM) de Anguera para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. Anguera: SEC, 2022.

ANTUNES, Celso. **Avaliação da aprendizagem escola**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

AVALIAÇÃO Escolar – Como saber qual é o melhor? **Sae DIGITAL**, 2022. Disponível em: < <https://sae.digital/avaliacao-escolar/> > Acesso em: 12 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. MEC/Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB Nº 7, de 14 de Dezembro de 2010**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017**. Brasília: MEC, 2017.

CONCEIÇÃO, José Luis. A avaliação segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Educação Pública**, Rio de Janeiro, p. 1-4, junho de 2016. Disponível em:< <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/16/12/a-avaliacao-segundo-a-lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao> >. Acesso em: 16 jan. 2023.

CRUZ, Antônio Carlos. Avaliação de Jovens e Adultos: uma análise crítica. **Internacional Multidisciplinary Journal of the Brazil**, v. 1, n. 1, p. 10-21, nov. 2019.

EDUCAÇÃO ANGUERA. Acervo disponível em: <<http://www.educacaoanguera.ba.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FRANCESCHETTO, Camila. **Avaliação educacional:** conflitos a serem superados. Meu artigo. Disponível em: < <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/avaliacao-educacional-conflitos-serem-superados.htm> >. Acesso em: 16 jan. 2023.

GASPAR, Magna Lúcia. **O processo de Avaliação da Aprendizagem Escolar na prática pedagógica.** Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1770-6.pdf> >. Acesso em: 15 jan. 2023.

Guia da ação Avaliativa. Disponível em: < <https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2021/02/guia-da-av-interativo.pdf> >. Acesso em: 10 jan. 2023

HAMZE, Amelia. Avaliação escolar. **Canal do Educador.** Disponível em: < <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/avaliacao-escolar.htm> >. Acesso em: 15 jan. 2023.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover:** As setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil:** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LANGE, Carla Helena. Tudo sobre avaliação escolar: melhores práticas no processo avaliativo, objetivos e análise de resultados. **SPONTE**, 2022. Disponível em: < <https://www.sponte.com.br/qual-o-objetivo-da-avaliacao-escolar/> >. Acesso em: 05 jan. 2023.

LIMA, Paulo Marcelo. **A avaliação na EJA:** desafios ao resgate do direito à educação e do direito à aprendizagem. TCC (Educação do Campo) - Universidade Federal de Campina Grande. Sumé – PB, p. 60. 2019.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** Estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2013.

LUCKESI, Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 9ª ed. São Paulo, Cortez, 1999.

NETO, Jonas; RODRIGUES, Maria Gleice; SOUZA, Maria Juliana. Avaliação Educacional: instrumentos adotados pelos professores de física do ensino médio em escolas públicas de Sobral. *In:* Encontro Nacional da Licenciatura, VII, 2018, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: 2018. p.16.

PERRENOUD, Phillipe. **Avaliação, da excelência à regulação das aprendizagens:** entre duas lógicas. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

PERRENOUD, Phillipe. **Dez novas competências para ensinar.** Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SANT'ANA, Ilza Martins. **Por que avaliar? como avaliar?** Critérios e instrumentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

SANTOS, Luciana. O processo de avaliação na educação especial: o “bater do martelo” com a terminalidade específica para o aluno com deficiência. *In*: Congresso Nacional de Educação, VI, 2020, Fortaleza – CE. **Anais...** Fortaleza: 2020. p.18.

SILVA, Janssen Felipe; HOFFMANN, JUSSARA, Hoffmann; ESTEBAN, Maria Teresa. PRÁTICAS AVALIATIVAS E APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS EM DIFERENTES ÁREAS DO CURRÍCULO. 8ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: Toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.

SORDI, Maria Regina L. de. (2001) alternativas propositivas no campo da avaliação: por que não? *IN*: Castanho, Sérgio; Castanho, Maria Eugênia (Orgs.). Temas e textos em metodologia do Ensino Superior. Campinas, SP: Papirus.

VIDAL, Adriana. **Avaliação na EJA**: Angra dos Reis prepara seus profissionais para esse processo?. TCC (Pedagogia) - Universidade Federal Fluminense. Angra dos Reis, p. 75. 2015.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa**: Como ensinar. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

